

ELÓI MARTINS SENHORAS
(ORGANIZADOR)

ADMINISTRAÇÃO:

ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS, PRIVADAS
E DO TERCEIRO SETOR



ELÓI MARTINS SENHORAS
(ORGANIZADOR)

ADMINISTRAÇÃO:

ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS, PRIVADAS
E DO TERCEIRO SETOR



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de LisboaProf. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof^ª Dr^ª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof^ª Dr^ª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campina
sProf^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
aProf^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof^ª Dr^ª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia / Universidade de Coimbra
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Administração: organizações públicas, privadas e do terceiro setor

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
A238	<p>Administração: organizações públicas, privadas e do terceiro setor / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0941-0 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.410231801</p> <p>1. Administração. 2. Administração pública. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 658</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

A evolução do pensamento administrativo tem sido construída com base em contribuições que se estabeleceram, tanto, no contexto empírico do dia-a-dia das organizações, quanto, na construção epistemológica dos estudos acadêmicos, consolidando assim uma série de conceitos, modelos e teorias para a aplicação na gestão pública, primeiro setor, na gestão privada, segundo setor, e, na gestão de associações sem fins lucrativos, terceiro setor.

Partindo desta contextualização, o objetivo deste livro é explícito em seu título, “Administração: Organizações Públicas, Privadas e do Terceiro Setor”, justamente ao apresentar uma agenda de estudos plural que é fundamentada pela apreensão das agendas administrativas no Brasil a partir de estudos de caso que permitem comparativamente a troca de experiências entre um conjunto diversificado de pesquisadores oriundos de diferentes estados do país.

O trabalho realizado pelos profissionais envolvidos neste livro somente foi possível em razão do trabalho coletivo arquitetado de modo colaborativo a várias mãos por pesquisadores com diferentes *expertises* profissionais e formações acadêmicas, oriundos de distintas instituições públicas e privadas de ensino superior, os quais compartilham o comum interesse pela construção epistemológica do pensamento administrativo, conciliando teoria e empiria.

Estruturado em doze capítulos que se fundamentam na pluralidade teórica e metodológica do pensamento, esta obra de coletânea apresenta o ecletismo como paradigma teórico e o teórico-dedutivo como método, utilizando-se de revisão bibliográfica e documental e revisão integrativa como procedimentos de levantamento de dados, bem como hermenêutica administrativa como procedimento principal na interpretação e análise de dados.

Ao combinar análise e reflexão, teoria e empiria, o livro propicia um momento ímpar para o compartilhamento de informações e o desenvolvimento de novas aprendizagens, atendendo assim ao interesse de um amplo público leitor, composto, tanto por leigos no campo de Administração, quanto por acadêmicos, especialistas ou atores políticos, justamente ao conciliar teoria e prática a partir de uma didática abordagem sobre fatos relevantes na atualidade.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

CAPÍTULO 1 1

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS

Weider Silva Pinheiro

Elcivan Bezerra Miranda

Jhonata Jankowitsch Amorim

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4102318011>**CAPÍTULO 2 11**

A PANDEMIA DA COVID-19 O IMPACTO NA SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES(AS) DA EDUCAÇÃO BÁSICA NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS E OS DESAFIOS PARA A GESTÃO PÚBLICA DE SAÚDE

Jairo da Luz Oliveira

Sheila Kocourek

Tainara Corin da Silveira

Thaline Rosa dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4102318012>**CAPÍTULO 322**

PRÁTICAS DOS(AS) GESTORES(AS) ESCOLARES NA ESCOLA PÚBLICA: FORMAÇÃO INICIAL DOS LICENCIANDOS(AS) EM PEDAGOGIA

José Carlos Martins Cardoso

Jorge Antônio Lima de Jesus

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4102318013>**CAPÍTULO 432**

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS NAS EMPRESAS PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO DA SUA ADOÇÃO E PRINCIPAIS DESAFIOS ENCONTRADOS NAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS

Alexandre Alcântara Schmidt

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4102318014>**CAPÍTULO 5 71**

A CORRUPÇÃO EM EVIDÊNCIA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA NOS ESTRATOS SUPERIORES DOS PERIÓDICOS BRASILEIROS COM FOCO EM GESTÃO E ÁREAS AFINS

Marcos Eustáquio Soares

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4102318015>**CAPÍTULO 692**AVALIAÇÃO *EX-POST* COMO INSTRUMENTO DE PERFORMANCE MUNICIPAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS: A FRAGMENTAÇÃO ENTRE O PLANEJADO E O EFETIVO RESULTADO DA EXPERIÊNCIA DE UM EXTINTO PROGRAMA HABITACIONAL

Carlos Alberto Bispo Marques

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4102318016>

CAPÍTULO 7	110
ANÁLISE DE NEGÓCIOS: FERRAMENTAS E TÉCNICAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE MUDANÇAS PARA O SUCESSO ORGANIZACIONAL	
Mário Sérgio Corsini	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4102318017	
CAPÍTULO 8	118
GESTÃO POR COMPETÊNCIAS: CLASSIFICAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS	
Regina Nogueira da Silva Neiverth	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4102318018	
CAPÍTULO 9	130
LIDERANÇA E COMPORTAMENTO EMPREENDEDOR FRENTE AO MUNDO BANI	
Jorge Luiz Cabral Nunes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4102318019	
CAPÍTULO 10.....	137
O TURISMO SOCIALMENTE SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO EM RIBEIRÃO DA ILHA (FLORIANÓPOLIS/SC)	
Luís Carlos Enzweiler	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41023180110	
CAPÍTULO 11	158
ORGANIZATIONAL IDENTITY IN FAITH-BASED ORGANIZATIONS: A CASE STUDY	
Lorena Martínez Soto	
Alejandra Elizabeth Urbiola Solís	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41023180111	
CAPÍTULO 12.....	170
NOÇÕES DE DIREITO PRIVADO PARA O CIDADÃO	
Maristela Franchetti de Paula	
Ademir Juracy Fanfa Ribas	
Marcio Alexandre Facini	
Ari Schawns	
Valéria Wisniewski Padilha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41023180112	
SOBRE O ORGANIZADOR	179
ÍNDICE REMISSIVO	180

AVALIAÇÃO EX-POST COMO INSTRUMENTO DE PERFORMANCE MUNICIPAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS: A FRAGMENTAÇÃO ENTRE O PLANEJADO E O EFETIVO RESULTADO DA EXPERIÊNCIA DE UM EXTINTO PROGRAMA HABITACIONAL

Data de aceite: 02/01/2023

Carlos Alberto Bispo Marques

<https://orcid.org/0000-0002-4311-2614>

RESUMO: Objetivou-se avaliar a efetividade do Trabalho Técnico Social (TTS) do extinto Programa minha Casa Minha Vida (MCMV/FAR) no município de Itabuna -BA a partir da avaliação de experiência de apropriação socioterritorial de beneficiados pela política de habitação *in loco*. O principal recorte teórico traz a avaliação de políticas e práticas profissionais adstritas a mudanças do modelo de planejamento e gestão que envolvam a visibilidade dos municípios na questão da pública da habitação. Na metodologia ocorreu uma abordagem qualitativa exposta por levantamento bibliográfico, documental e de campo com aplicação de entrevistas semiestruturadas. Os resultados indicaram que a efetividade do TTS se mostrou frágil e fragmentada quando se avaliou os aspectos de autonomia, protagonismo e participação social enquanto elementos que caracterizaram a apropriação socioterritorial. Nota-se que a investigação se firmou face à insuficiência de avaliação institucional para se identificar informações sobre aspectos

de insatisfações de beneficiados pelo programa habitacional citado. Por fim, as contribuições trazem a oportunidade de manifestar aos que estão incumbidos das tarefas de planejamento, direção, comando e execução de programas, a exemplo deste extinto programa de habitação, a importância que o governo local pode dar à realização de avaliação entre o que se foi planejado e os efetivos resultados.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação de Política Pública. Habitação de Interesse Social. Apropriação Socioterritorial.

EX-POST EVALUATION AS A MUNICIPAL PERFORMANCE INSTRUMENT IN PUBLIC POLICIES: THE FRAGMENT BETWEEN THE PLANNED AND THE EFFECTIVE RESULT OF THE EXPERIENCE OF AN EXTINCT HOUSING PROGRAM

ABSTRACT: The objective was to evaluate the effectiveness of the Technical Social Work (TTS) of the extinct Minha Casa Minha Vida Program (MCMV/FAR) in the municipality of Itabuna -BA, based on the evaluation of the experience of socio-territorial appropriation of beneficiaries of the housing policy *in loco*. The main theoretical framework brings the evaluation of policies

and professional practices linked to changes in the planning and management model that involve the visibility of municipalities in the issue of public housing. In the methodology there was a qualitative approach exposed by bibliographical, documentary and field survey with application of semi-structured interviews. The results indicated that the effectiveness of the TTS proved fragile and fragmented when evaluating the aspects of autonomy, protagonism and social participation as elements that characterized the socio-territorial appropriation. It is noted that the investigation was established in view of the lack of institutional evaluation to identify information on aspects of dissatisfaction of beneficiaries of the aforementioned housing program. Finally, the contributions bring the opportunity to show those who are in charge of planning, directing, commanding and executing programs, such as this defunct housing program, the importance that the local government can give to carrying out an evaluation of what whether it was planned and the actual results.

KEYWORDS: Public Policy Evaluation. Social Interest Housing. Socioterritorial Appropriation.

1 | INTRODUÇÃO

O estudo exposto é uma tentativa para aproximar-se da análise sobre a concepção do que é um projeto político que se propõe a ampliar a participação da sociedade na definição e acompanhamento de uma agenda de políticas públicas. Em um contexto em que se criam (ou facilitem) instrumentos de maior controle social sobre as ações do Estado, com isso desmonopolizando a formulação e implementações de ações de natureza pública, entre estas, a avaliação de resultados após execução de certas políticas locais.

Desta inquietação, foi movida a (re) leitura da investigação particular da dissertação de mestrado intitulada *A Efetividade do Trabalho Técnico Social no empreendimento do MCMV/FAR em Itabuna-BA: caso da apropriação socioterritorial dos moradores do Vida Nova*, defendida no Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana-BA (UEFS). Ainda hoje, sem nenhum recorte de publicação científica, salvo o registro deste atual artigo, que se apresenta.

Extrai-se deste estudo o reconhecimento de que as atuais abordagens administrativas direcionadas ao fazer público fitam-se à busca de modelos de gestão comprometidos com a prestação de contas de seus resultados. Esse contexto pode ser ilustrado por posturas favoráveis à descentralização e modernização de governos municipais.

Nesse sentido, os municípios brasileiros têm-se diversificado em estrutura administrativa e atribuições, ora se organizando por normas próprias, ora sendo organizados pelo Estado segundo às conveniências da Nação que lhes regula a autonomia e defere maiores ou menores incumbências (MEIRELES ,2013). Essa linha de entendimento se embasa nas lições de Bresser-Pereira (1998) quando defendeu a necessidade de se transformar a cultura burocrática do Estado em uma cultura gerencial, sob a perspectiva da reforma gerencial brasileira dada as experiências públicas de âmbito internacional.

A lógica destas lições, para este autor supracitado, se explica pela necessidade

de uma nova administração pública com diferencial em relação à administração pública burocrática assentada em princípios do gerencialismo nos três níveis governamentais, em quais se inclui, o governo municipal. Nesse contexto, é dada a importância de se priorizar além da profissionalização de gestores locais, o uso de práticas e(ou) instrumentos já aplicados em organizações do setor privado.

Veloso *et. al* (2011) complementam que os municípios brasileiros ampliaram sua atuação direta em áreas que eram de responsabilidade de outras esferas governamentais, cujos reflexos podem ser vistos pelas exigências de comprovação de desempenhos com a demonstração de resultados que identifiquem o uso de instrumentos de planejamento, coordenação, direção, controle e articulação de políticas públicas ocorridas em âmbito local.

Dentre essas políticas, destacaram-se com maior visibilidade nesta última década, em certos municípios brasileiros, aquelas relacionadas à questão da política de Habitação de Interesse Social (HIS), exemplificada neste estudo pelo emblemático(e extinto) programa Minha Casa Minha Vida com investimentos oriundos do Fundo de Arrendamento Residencial (MCMV/FAR) que objetivou a construção de empreendimentos habitacionais conectados à cidade e destinados a famílias de baixa renda que recebam até 3(três) salários mínimos (SM).

Em Itabuna-BA, base empírica deste estudo, o compromisso por esta política encontrava-se previsto no Plano Diretor Urbano e foi com a adesão ao MCMV/FAR, nos idos anos de 2009, que se identificaram atos administrativos que caracterizaram a implementação e execução de maior amplitude desta política já ocorrida neste município.

À época, entre os acordos firmados na adesão ao programa, destacou-se a responsabilidade do município pela execução do Trabalho Técnico Social (TTS) que foi definido como um componente complementar, desenhado por um conjunto de ações destinadas à autonomia, participação e protagonismo social dos moradores de empreendimentos habitacionais.

Pelas diretrizes do MCMV/FAR, este trabalho seria executado num território de representações de relações sociais, cuja efetividade de seus resultados estaria condicionada a reações da e na realidade local; com possibilidades de serem apreendidas, monitoradas, percebidas, outrossim, avaliadas em qualquer fase desta política.

Ressalta-se que diante da vasta discussão teórica sobre o conceito de território e o fato que o TTS foi executado num território vivenciado cotidianamente, interpretado por essa política pelo seu caráter mais qualitativo, adotou-se então, a compreensão de “*território usado*” como resultado tanto de um processo histórico quanto de uma base material e social das ações humanas (SANTOS, 1988).

Logo, é desse contexto exposto que se indicou a questão norteadora desta investigação: o município de Itabuna realizou ações administrativas, do tipo avaliação *ex-post* deste programa, a fim de conhecer se o TTS promoveu resultados que caracterizaram

a apropriação socioterritorial na realidade dos moradores? Nessa direção, o estudo tem por objetivo avaliar a efetividade da execução do TTS no extinto programa MCMV/FAR no município de Itabuna-BA.

A busca pela possível resposta se justificou pela oportunidade, na gestão de governo municipal, em se verificar a importância de realizar avaliação de resultados de projetos e programas sociais que são (e poderão ser) executados localmente, dada à importância de se comparar os referenciais postos no prévio planejamento com os efetivos resultados entregues aos munícipes assistido pela política pública locais.

No mais, a relevância acadêmica destaca-se pela oportuna identificação de possível insuficiência de avaliação institucional para se extrair, identificar ou sinalizar informações sobre aspectos de (in) satisfações daqueles beneficiados no programa.

Além desta introdução, na próxima seção serão apresentadas contribuições técnico-acadêmicas que trataram o TTS na política de HIS e a questão da apropriação socioterritorial traduzida enquanto condições de direito à cidade; e nesse contexto se destacará a importância da avaliação de programas e projetos sociais. Na sequência será abordada a metodologia e *locus* que contornou a investigação. Por fim, a última seção discutirá a análise dos resultados apreendidos através das fontes primárias e o desfecho do estudo trará as considerações finais e bibliografia que sustentou a investigação.

2 | REFERÊNCIAL TEÓRICO E HIPÓTESES DO ESTUDO

2.1 O Trabalho Técnico Social e a Questão da Apropriação Socioterritorial na Política de Habitação de Interesse Social

Referenciais que abordam o TTS em Políticas de HIS demonstram que nem sempre houve uniformidade das ações deste trabalho face às limitações de sua regulamentação institucional, elaboração e operacionalização pelos entes públicos responsáveis (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009; PAZ, 2014). Alguns estudos empíricos retratam historicamente a execução deste trabalho apenas por profissionais da área de Serviço Social direcionado ao levantamento de aspectos da vida de moradores de bairros operários, de favelas ou cortiços nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009; TABOADA e PAZ, 2010).

Em outros momentos, o TTS objetivou atender à exigência governamental para um trabalho de gestão condominial e acompanhamento da adimplência dos mutuários e a preocupação com a organização comunitária (PAZ, 2014). Essas ocorrências técnico-administrativas, conforme Raichelis, Paz e Oliveira (2008, p. 237), demonstraram historicamente, a “fragmentação de ações que provocaram a dicotomia entre social e físico, o imediatismo e o voluntarismo das iniciativas, a partir de pressões institucionais para o equacionamento de emergências sociais ou políticas”.

No contexto do extinto MCMV/FAR o TTS foi planejado para o desempenho de ações

que deveriam promover a inserção urbana dos empreendimentos habitacionais construídos na cidade, verificadas através de resultados que identificariam o direito à moradia, o direito à cidade, o exercício da cidadania e a qualidade de vida de munícipes atendidos pela política de HIS.

Para isso, os municípios deveriam assumir a responsabilidade pela execução do trabalho de forma direta ou terceirizada, recebendo, para tanto, valores de repasse, normas e orientações para elaboração e contratação, segundo a Portaria 21/2014. Nesse cenário, o empreendimento habitacional, construído pelo programa MCMV/FAR, era caracterizado por um território dinâmico em que as relações sociais de poder, convivência, interesses, expectativas eram diversificadas e formavam uma visão multidimensional desta realidade; por isso, que tal a política de HIS demandaria a realização de um trabalho complementar do programa.

Depreende-se daí oportunidade de ratificar os ensinamentos de Santos(1988) no sentido da definição e (re)conhecimento deste território com seus desdobramentos se explicar a questão da apropriação socioterritorial, para tanto, quando se considera o espaço geográfico do empreendimento habitacional não como sinônimo de território, mas sim, como um *território usado* percebido pelo resultado do processo histórico de base material e social de novas ações humanas que precisam ser materializadas pelos aspectos da autonomia, protagonismo e participação social dos moradores.

Ou seja, o *território usado* que é vivenciado e historicizado pelos atores sociais precisava ser (re) conhecido pelo ente municipal no processo de elaboração, execução, monitoramento e avaliação do TTS, pois, era uma das condições fundamentais para se afastar o risco da alienação, da perda de sentido da existência individual e coletiva e do risco de renúncia ao futuro dos moradores do empreendimento construído (SANTOS, 1988).

Por esse olhar, os atores sociais identificados no TTS desempenhariam distintos e interdependentes papéis, conforme a Figura 1 em ações que seriam condicionantes para a efetividade desse trabalho.

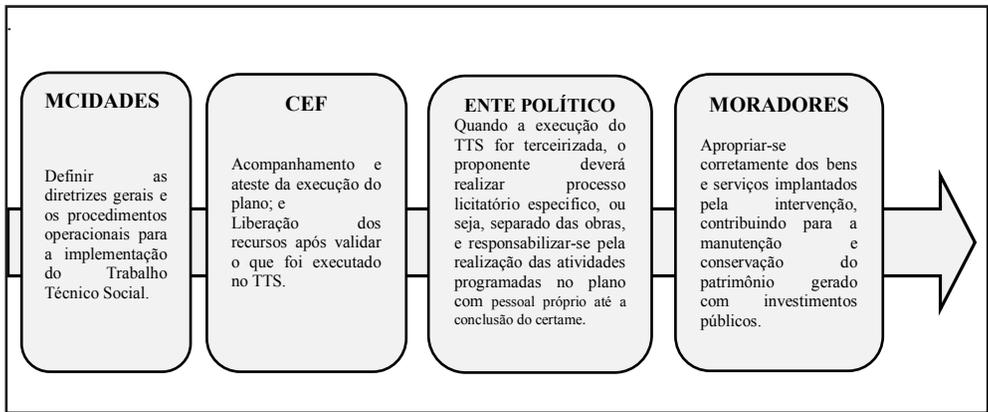


Figura 1 – Principais Atribuições dos Atores Sociais envolvidos no TTS

Fonte: CEF/COTS, 2013.

Os apontamentos destacados na Figura 01 demonstram que os atores sociais precisavam mirar-se numa visão organizacional para além do cunho gerencial estruturada por recortes administrativos do TTS, mas também, avançar no sentido de uma visão crítica da apropriação social deste *território usado* na perspectiva da produção social em constante movimento no empreendimento habitacional edificado na cidade de Itabuna.

A apreensão dessa realidade seria viável considerando-se a forma processual de execução do TTS, destacada na Figura 2 por um conjunto de ações e atividades integradas desde à escrita do diagnóstico do território multicitado até à previsão de acompanhamento e avaliação de cada etapa, respeitando-se às diretrizes propostas pelo extinto programa MCMV/FAR.

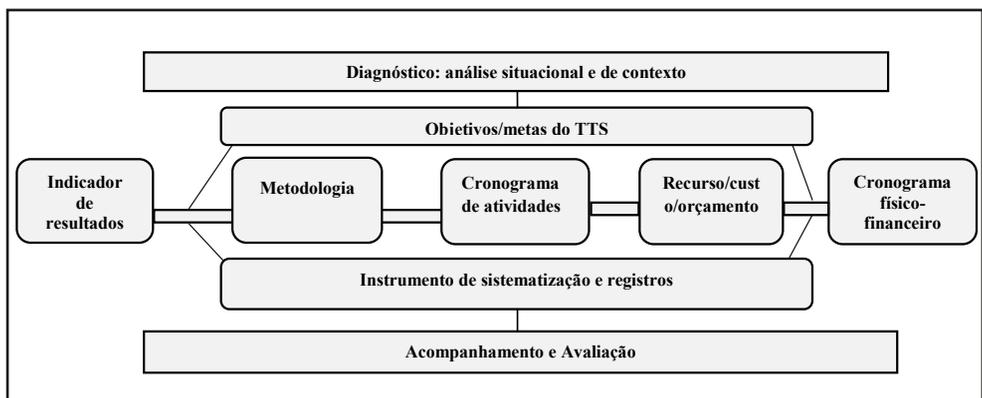


Figura 2 - Fluxo do TTS: do Diagnóstico Situacional ao Relatório de Avaliação.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesta dinâmica, a efetividade do TTS poderia ser percebida por meio de validação de resultados que identificariam os aspectos de (in) satisfação relacionados ao seu direito à cidade, isso como possibilidade para se fragmentar a distribuição desigual das atividades humanas na organização socioespacial do processo de produção e reprodução do capital, bem como conhecer a resistência e luta entre as classes sociais que compõem a estrutura social no cenário das cidades (BURNETT, 2012; SILVA, 2013).

A relevância dessa assertiva é cabível porque evidenciaria que as disputas de direito à cidade, promovidas por meio das práticas democráticas percebidas pela autonomia, protagonismo e participação social, seriam necessárias para articulação dos moradores do empreendimento habitacional com outras políticas intersetoriais necessárias, que deveriam estar disponíveis na estrutura municipal. Acredita-se que uma das possibilidades para se afastar a repetição histórica de fragmentação do TTS já apontadas em programas que antecederam ao MCMV/FAR é trazida pela colaboração de Dallabrida (2011) ao propor o estabelecimento de consensos mínimos na articulação deste trabalho entre os atores sociais em respeito às diferentes visões que têm, sendo assim, uma tentativa para o estabelecimento da apropriação socioterritorial como resultado efetivo no encerramento trabalho.

Ainda, para Dallabrida (2011, p. 3) essa apropriação socioterritorial é percebida “histórica e territorialmente pela liderança que exercem localmente a tarefa de promover a definição dos novos rumos do desenvolvimento do território”; assim o *território usado* permitirá enxergar que a casa não pode ser vista, apenas, como um teto ou endereço.

Mas sim, ter a moradia é poder permanecer na cidade, ter acesso a emprego e serviços públicos disponíveis (TAVOROLI, 2016). Isto é, o direito de viver na cidade, nela habitar, deslocar-se e trabalhar, outrossim, o direito de acesso aos bens públicos de uso coletivo, de lazer, cultura, de saúde, entre outros.

Logo, a cidade passa a ser percebida pelos moradores do empreendimento habitacional como *locus* de realização dos seus direitos e participação na condução social de seus destinos na cidade (CARVALHO; RODRIGUES, 2016). Foi visto que o alinhamento para alcançar esse objetivo da política passava por uma metodologia de participação comunitária destacada no Instrumento de Compromisso dos atores sociais com fundamento nas seguintes diretrizes (CEF, 2013): a) Estímulo ao exercício da participação cidadã e do controle social; b) Formação de entidades representativas dos beneficiários; c) Intersetorialidade na abordagem do TTS; d) Disponibilização de informações sobre as políticas de proteção social; e) Articulação com outras políticas públicas de inclusão social; e f) Desenvolvimento de ações visando à elevação socioeconômica, à qualidade de vida das famílias e à sustentabilidade dos empreendimentos.

Não obstante, embora as diretrizes retromencionadas, chamam a atenção que algumas investigações do TTS imersas no contexto do extinto MCMV/FAR apontam limitações enfrentadas por profissionais na articulação com ente municipal quando

enfrentam na realidade um trabalho mais complexo na implementação das ações de projeto governamentais, caracterizado pelo binômio exigência-aceitação que permeava toda a conjuntura de naturalização engendrada no processo da política pública em que o consentimento precisa ser demonstrado no agir do profissional (BORGES, ICASURIAGA e SILVA, 2012; NOBRE, MERCÊS, 2010).

Nota-se que uma alternativa para se contrabalançar esse cenário de limitações, pode ser direcionado pela importância da gestão de políticas públicas e (ou) programas deste tipo, porque conforme Façanha e Marinho (2001, p. 6) “os problemas de gerenciamento (...) não concedem às atividades de avaliação importância significativa (...) pois, a avaliação adquire condição de instrumento central e indispensável de gestão” para aferir seus reais resultados, ou seja, a efetividade dos resultados.

2.2 Avaliação de programas e projeto sociais enquanto instrumento de performance na gestão em políticas públicas locais

O desenho e formulação de uma política pública se desdobram em planos, programas e projetos ordenados por objetivos gerais direcionados para obtenção de resultados. Sendo assim, o programa é visto como um conjunto de projetos e atividades que perseguem os mesmos objetivos; já o projeto, consiste em um empreendimento planejado composto por atividades relacionadas, coordenadas e dirigidas ao alcance de objetivos específicos, em um local ou em várias localidades (RUA, 2009; SECCHI, 2013; COHEN, FRANCO, 2013).

Cohen e Franco (2013, p.73) ainda explicam que “fazendo parte do processo de planejamento de qualquer política pública, a avaliação gera uma retroalimentação que permite escolher entre diferentes projetos (...) cotejar os resultados, possibilita retificar as ações e reorientá-las em direção ao fim postulado”. Nota-se na avaliação de programas e projetos sociais que ela coincide com o crescimento e o aperfeiçoamento de diretrizes vinculadas às mudanças ideológicas, políticas e demográficas do país (ROSSI, LIPSEY, FREEMAN, 2004). No caso brasileiro, pode-se registrar essa assertiva através do modelo de transferência de responsabilidades e demandas sociais, por exemplo, aos municipais, com a promulgação da Carta Política de 1988.

Para isso, diferentes critérios podem ser adotados para se avaliar, considerando-se os objetivos traçados para programas e (ou) projetos, diante dos resultados ou efeitos deles esperados. Um desses critérios, é o da efetividade (FIGUEIREDO, FIGUEIREDO, 1986) entendido como capaz de demonstrar resultados econômicos, socioculturais, institucionais, ambientais de longo prazo relacionados ao aprimoramento dos objetivos delineados (ARRETICHE, 1998; FAÇANHA; MARINHO, 2001).

Ou seja, deflagrar a avaliação de uma política dando-se relevância ao critério da efetividade, segundo Arretiche (1998, p. 31) é proceder “ao exame da relação entre a implementação de um determinado programa e seus resultados”, ou melhor, verificar ocorrência de “efetiva mudança nas condições sociais prévias da vida das populações

atingidas pelo programa sob avaliação”. Assim, o critério da efetividade substantiva é capaz de aferir mudanças qualitativas nas condições sociais de vida da população-alvo; logo no campo de públicas esse critério diz respeito além da implementação e o aprimoramento de objetivos, a promoção de (re) conhecimento de que as realizações ocorridas no programa indicaram sua permanência e estruturação de objetivos verdadeiros (FIGUEIREDO, FIGUEIREDO, 1986; MARINHO e FAÇANHA, 2001).

Em função do momento de avaliação de uma política pública, destacam-se entre os autores consultados, as expressões: *ex-antes* ou *ex-post*. Assim, quando a intenção de avaliar recai antes de se iniciar a elaboração do programa ou projeto social, ela é classificada em *ex-antes* (COHEN; FRANCO, 2013; DRAIBE, 2001) e visa apoiar a tomada de decisão para realização ou não do programa ou projeto (COTTA, DELLA PORTA, MORLINO, 2001). Por outro lado, para avaliação *ex-post* é necessário que o programa ou projeto social já tenha sido concluído, assim será possível avaliar seus resultados (COSTA e CASTANHAR, 2003; COHEN, FRANCO, 2013).

3 | CONTORNO METODOLÓGICO

O município de Itabuna, base local da realidade empírica dessa pesquisa, dista 433 km da capital Salvador com uma área de 443,198 km² que abriga uma população de 213.685 habitantes (IBGE, 2020). É conhecido na sua linha do tempo entre o vilarejo de Tabocas em 1949 e Itabuna, cuja emancipação política ocorreu em 28 de julho de 1910. A partir de 1990 o município sofreu o revés da monocultura do cacau que reduziu uma das suas riquezas, o cacau. Segundo Gasparetto (1998, p.74) “ a acumulação de capital realizada pelo cacau promoveu a industrialização e o crescimento econômico de outros centros urbanos do estado da Bahia, a exemplo, a capital, Salvador-BA.

Para Fundação João Pinheiro (2014) quando o município fez adesão ao programa MCMV/FAR apresentava um déficit habitacional de 77,66% do total de 7.592 de unidades habitacionais necessárias na cidade, assentando sobre este levantamento angariou recursos da União para a construção de 10(dez) empreendimentos habitacionais, entre os quais se encontra o empreendimento Habitacional Vida Nova ocupado a partir de 2010, destacado na Figura 3.

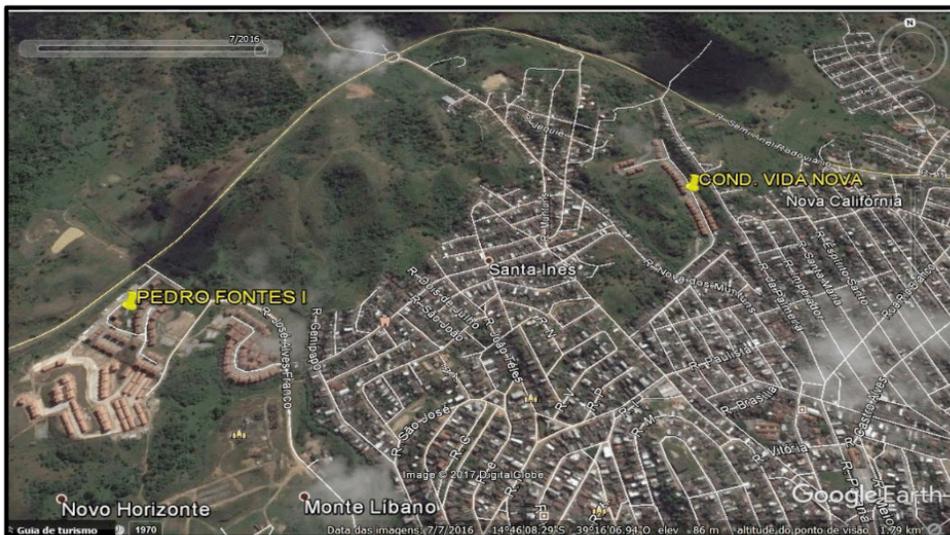


Figura 3 - Localização do empreendimento Habitacional Vida Nova em Itabuna-BA.

Fonte: Google Earth.

A seleção deste empreendimento justificou-se pela oportunidade de acesso às fontes secundárias entre anos de 2016, 2018 e 2019, assim identificadas pelos documentos comprobatórios de conclusão do TTS, por exemplo, relatórios das ações, processo licitatório de contratação da equipe, ata de ocorrências, certa pesquisa de opinião dos moradores, prestação de contas dos recursos investidos à CEF/Mcidades (ministério extinto) e ao Tribunal de Contas do Município (TCM).

A metodologia que contornou o estudo percorreu através de quatro etapas, cuja trajetória é desenhada na Figura 4: (i) bibliográfica que se destinou ao levantamento de base técnico-acadêmica sobre o TTS na política pública de HIS. Outra (ii) documental, realizada pelo levantamento de informações acerca dos compromissos firmados pelo município com o programa. Uma (iii) descritiva e exploratória em que se traçou um quadro de Itabuna com suas características socioeconômicas, por fim a (iv) etapa de trabalho de campo com aplicação de entrevistas semiestruturadas com moradores do Empreendimento Habitacional Vida Nova.

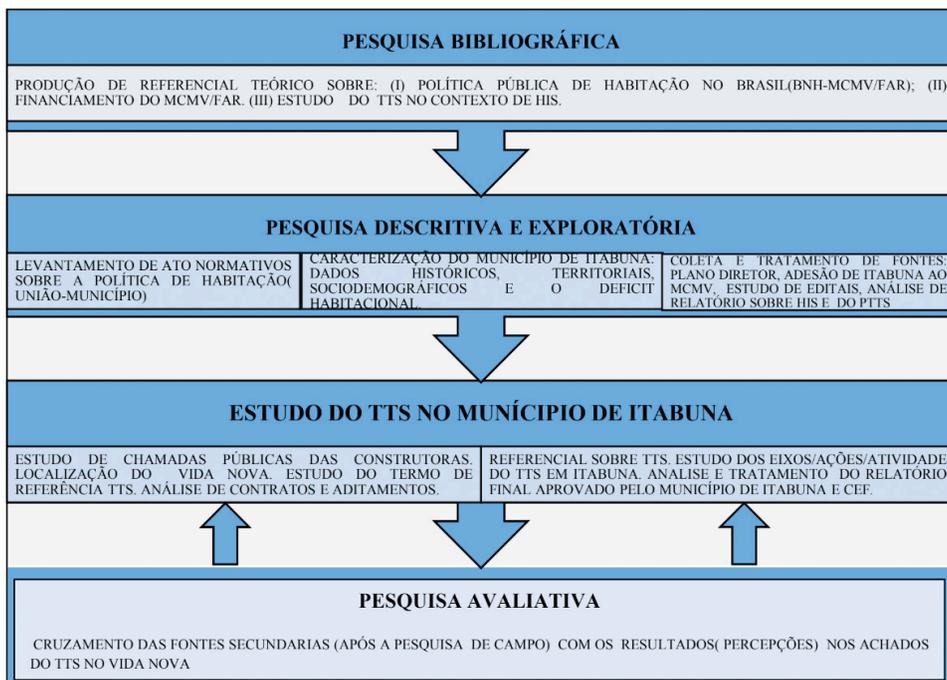


Figura 4- Trajetória da Pesquisa.

Fonte: Elaboração do autor.

Nessa última etapa, a investigação se materializou com uma amostra aleatória formada por 46(quarenta seis) sujeitos, dos quais, selecionados 2(dois) dois moradores de cada um dos 23(vinte três) blocos do empreendimento habitacional. O primeiro que era integrante da liderança de bloco ou partícipe do grupo gestor. Pelas diretrizes do extinto programa habitacional, este morador seria multiplicador dos conteúdos apresentados pelo TTS aos vizinhos de blocos.

Já o segundo, foi escolhido tendo em vista sua facultatividade de participação TTS. Assim, intencionou-se comparar o juízo de valor de (in) satisfação extraído pelas percepções dos distintos sujeitos amostrais que participaram do TTS. Tal amostra permitiu contornar uma avaliação do TTS através dos depoimentos com intenção de sistematizar as relações de proximidade, divergência e os desafios apreendidos deste trabalho.

4 | DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.

4.1 Referências a uma avaliação *ex-post* da Efetividade do TTS

O empreendimento habitacional Vida Nova está localizado no entorno do bairro Califórnia, cujo diagnóstico anterior ao TTS registrava a representação de 85% de mulheres como chefe de família, em que 54,4% recebiam em média 1 SM. Identificou-se, à época,

no relatório de prestação de contas da equipe que executou o TTS as informações de que: (i) os moradores tinham grande potencial de organização comunitária e condição de estabelecer um grupo gestor de condomínio; (ii) o eixo de trabalho e renda mostrava bons resultados no empreendimento; (iii) Houve desinteresse de inscrição nos cursos de fabricação de vassoura com garrafa *pet* nem de vigilante e porteiro; (iv) houve dificuldades de acesso a alguns apartamentos para divulgar o trabalho devido à instalação de grades entre os andares; por fim, (vi) notou-se a presença de jovens e crianças trancadas em casa enquanto os pais trabalhavam.

Para apreensão, discussão e avaliação de aspectos percebidos neste *território usado* organizou-se, por questões didáticas, os resultados em cinco etapas demonstradas nas percepções apreendidas das entrevistas, expostas a seguir:

4.1.1 Percepções sobre equipe que executou o Trabalho Técnico Social

Pelos depoimentos, 45% dos entrevistados recordaram-se da presença da equipe no empreendimento, 30% lembraram que a equipe era composta por algumas mulheres com os horários de chegada e saída não regulares e os demais 25% relataram que o objetivo do trabalho não ficou “entendido” para eles. Preliminarmente, nota-se que no estágio de ambientação do TTS que faltou nexos entre a metodologia de intervenção prevista e sua importância como componente complementar do extinto MCMV/FAR, pois ¼ (um quarto) dos moradores entrevistados não teve clareza dos motivos deste trabalho no empreendimento, ou seja, a importância de sua execução adstrita pela Política de Habitação.

4.1.2 Percepções sobre a execução do TTS direcionada ao caráter sócio-organizativo dos moradores

Buscou-se avaliar aspectos de mudanças de hábitos e atitudes entre os moradores na convivência dos blocos, procurando assim capturar pistas que demonstrassem permanência de lideranças ou de quaisquer outras formas de organização que identificasse a efetivação dos aspectos de mobilização e comunicação imprescindíveis ao caráter sócio-organizativo dos moradores.

Alguns depoimentos avaliaram o enfraquecimento de várias tentativas de sociabilidade nos blocos. Ilustra-se que entre os entrevistados, 62% foram gestores ou líderes de bloco e as desistências destas funções para acordos coletivos se justificaram com expressões do tipo: “*até que fui em duas palestras que foi interessante porque as moças diziam a importância da gente se respeitar*”. “*Ter cuidado com som alto no apartamento, falou para não colocar varal*”. “*Falar nas reuniões, já viu, dava logo confusão*”. *Daí, hoje, vivemos assim cada um na sua, às vezes fecham o portão, às vezes não fecham*”.

Nota-se pelos recortes dos depoimentos supracitados a repetição proposta de TTS já

conhecida em antecedentes ao MCMV/FAR com o binômio da relação “exigência-aceitação” entre os moradores” direcionada às regras de convivência e pactos socioeducativos para formatação de uma conjuntura de naturalização engendrada no processo de organização dos moradores.

Outras evidências de expressões do tipo - “ *O pessoal da Caixa veio aqui uma vez, logo quando a gente mudou, mas depois sumiu, era para falar sobre nossa organização no condomínio. “Falaram dos muitos cuidados com as paredes”, a gente se respeitar, ter regras e viver com elas*”- demonstram uma avaliação funcionalista para a promoção da sociabilidade entre os moradores.

Do exposto, permite-se avaliar que o TTS se mostrou tendencioso à manutenção de mecanismos de coerção internos com moradores do empreendimento habitacional, fazendo com que aceitassem de uma forma ou de outra as regras estabelecidas (DURKHEIM, 2001) pelos normativos apresentados pela CEF e outros complementares do Município; distanciando, portanto, do estabelecimento de consensos mínimos na articulação deste trabalho entre os atores sociais acerca das diferentes visões que têm do mundo para a conquista da apropriação socioterritorial (DALLABRIDA,2011).

A descontinuidade das funções de liderança e (ou) grupo gestor não efetivou o objetivo de “ampliar o nível de participação, organização das lideranças e representatividade dos moradores nos blocos habitacionais”. Ou seja, os resultados sinalizam ausência de processos de formação política centrada no fortalecimento da autonomia e protagonismo social, na direção de outras demandas sociais necessárias no *território usado*.

4.1.3 Percepções sobre processo de emancipação da mulher no contexto do extinto programa MCMV/FAR

Informa-se que 93% dos entrevistados foram mulheres e chefe de família; pelos depoimentos avalia-se que TTS não conseguiu promover a visão da emancipação social da mulher no processo de seleção e enquanto ator social do programa MCMV/FAR como reflexos da persistência de luta social pela aquisição da casa própria.

De modo geral, as entrevistadas não se percebem socialmente empoderadas e autônomas em condição para buscar melhoria de qualidade de vida na fase pós-ocupação do empreendimento, como se prevê nesta política para as mulheres contempladas no MCMV/FAR.

Exemplifica-se este contexto, pelas falas: “ *a Caixa decidiu que nós mulheres seríamos a titular do apartamento, vi assim meus direitos, mas não senti firmeza depois. “Prometeu, prometeu, e nada fez, nossa obrigação é trabalhar para pagar todo mês a Caixa, senão a gente perde o que assinou, ficou claro isso na reunião com a Caixa.*

As percepções adquiridas nos trechos sinalizam a avaliação de afastamento da efetividade do TTS quando se considera a abordagem de inserção da mulher como interlocutora com as demais políticas implementadas no município de Itabuna. Entre as

diretrizes do programa, as mulheres foram identificadas como responsáveis na e para mediação de outras políticas sociais na cidade, capazes de manter constantes mudanças ou superação necessária nas relações familiares e comunitárias enquanto protagonistas sociais de enfrentamento à exclusão social de gênero nos diversos espaços de decisões.

Vale-se registrar que as mulheres entrevistadas julgam a titularidade adquirida da casa porque são boas credoras. Assim, acredita-se que, conforme Cavalcante (2011, p.08), a “dimensão social e econômica da sustentabilidade dos imóveis fica submetida à abordagem urbanística, funcional para os interesses dominantes”. Logo, distante da visão de conquista social como o direito à moradia por essas mulheres.

4.1.4 Percepções do TTS direcionadas à inserção de aspectos do trabalho e renda

Verificou-se por meio da leitura de certos gestos não verbais dos entrevistados a representação de grau de insatisfação acerca dos cursos ofertados pelo TTS no empreendimento. Situação que se distancia dos resultados encontrados no relatório final apresentado pela da equipe ao município de Itabuna, em que nesse quesito e identifica-se uma avaliação “bons resultados” para o aspecto trabalho e renda.

Os entrevistados retrataram que os cursos previstos no TTS foram praticamente inexistentes, que não houve execução, embora previstas as ações ou atividades dessa natureza no cronograma localizado no plano deste trabalho.

As declarações manifestadas com indignação de promessas não cumpridas podem ser assim, resumidas: *“Numa tarde falou uma vez dos cursos que tinham na lista, muita gente virou a cara, os homens que estavam gostaram mais dos cursos do que as mulheres”*. *“Eu queria alguma coisa diferente, curso recepcionista, telefonista, por exemplo. Esse negócio só de culinária, manicure, salão de beleza, não dá para viver”*. *“Esperei curso de eletricista, pintura, mecânica, refrigeração, mas pra mim, só tinha para porteiro e vigilante, não quis”*.

Pelos excertos supracitados, avaliou-se que não aconteceu uma relação estreita entre subsídios metodológicos que previa o trabalho para eixo trabalho e renda nas ações executadas face às necessidades de melhorias de vida dos moradores do empreendimento. Percebe-se que não foi identificado compromisso para o mapeamento de vocações dos moradores por cursos demandados como se previa o diagnóstico elaborado previamente no plano do TTS.

4.1.5 Percepções do TTS direcionadas ao Direito à cidade e Inserção Urbana dos moradores

Registra-se que 70% consideraram que TTS poderia ter sido melhor se equipe tivesse divulgado sua importância na fase do pós-ocupação no empreendimento, como se observa em trechos de falas que dizem: *“Acho que se tivessem perguntando o que a gente*

tinha vontade saber poderia ter acontecido melhor no quiosque esse trabalho”. “Porque é muito bom ter a casinha da gente, mas a gente foi abandonada aqui, a Caixa sumiu, ninguém da prefeitura não aparece”.

Os depoimentos acima permitem avaliar outra fragilidade deste trabalho e infere-se que no processo de discussão do planejamento TTS, destacado na Figura 2, não foi caracterizado como deliberativo como previam os normativos e diretrizes do extinto programa habitacional MCMV/FAR. É possível reconhecer a natureza informativa do TTS; contudo, distante de aspectos de cooperação, o que conseqüentemente dificultou avaliar mudanças significativas esperadas na vida dos moradores, condicionados a assegurar o direito à cidade e sua inserção urbana.

Os depoimentos do *território usado* imerso no cenário de 23(vinte e três) blocos formados por 450(quatrocentos e cinquenta) imóveis trazem uma leitura apreendida de que a Caixa e o Município avaliaram aspectos visíveis e palpáveis do ponto visto político da Política de HIS, em detrimento da consideração da vivência cotidiana desses moradores, na fase pós-ocupação marcado pela complexidade, multidimensionalidade e imprevisibilidade das relações sociais deste território.

O destaque do trecho: *“Não sabemos se procuramos a Secretaria de Assistência Social para saber de nossos direitos; muito mato ao lado, os ônibus não têm horários certos”*; colabora para avaliar as incertezas do caminho de acesso a autoridades públicas para buscar através de quem serviços públicos e equipamentos sociais necessários. Ou seja, avalia-se que não houve efetividade o TTS que se aproximasse de aspectos da promoção do protagonismo social dos moradores do Vida Nova, como um processo essencial disponível para contrabalançar as situações relatadas.

Portanto, a ausência desses atores sociais no Vida Nova, cujos papéis seriam integrativos pelos ditames desta política na fase de surgimento de demandas contingenciais coesos ao *território usado* foram caracterizados pela desconfiança dos moradores acerca de seus interesses previstos na elaboração, implementação e contratação do TTS.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se a metodologia aplicada no TTS transversalizada pelos depoimentos avaliados no momento *ex-post* deste trabalho, infere-se que os resultados de insatisfação caracterizaram o distanciamento dos aspectos de autonomia, protagonismo e participação social dos moradores previstos nesta política pública de HIS.

Assim, a avaliação *ex-post*, como possível instrumento de performance, indicou o afastamento da efetividade substantiva do TTS por meio das ações e atividades requeridas pelo extinto programa habitacional MCMV/FAR como uma das condições de apropriação socioterritorial explicada como garantia dos moradores deste empreendimento em reconhecer-se como cidadão e ter assegurado o direito e o acesso à cidade de Itabuna.

O estudo considerou que as disputas de direito à cidade não incidiram diretamente pelas intervenções feitas pelo TTS sobre as formas diferenciadas de apropriação e uso do território, dialogadas com os distintos atores sociais envolvidos no programa. Então, a avaliação *ex-post* conseguiu olhar para trás e verificou, pelos recortes de depoimentos citados, ausência de mudanças nas condições prévia de suas vidas asseguradas pelo programa MCMV/FAR.

Nesse ponto, tornou-se possível responder à pergunta inquietadora que motivou a investigação e assim **afirmar** que a falta de avaliação dos resultados pelo município de Itabuna no empreendimento não atendeu exitosamente as diretrizes do pretérito programa. Destaca-se, ainda, para a avaliação de efetividade substantiva do TTS o desafio destinado à compreensão governamental para importância de arranjos institucionais realizados pelo município de Itabuna na articulação interssetorial a fim de suprir as necessidades contingências dos moradores Vida Nova. Acredita-se que essa articulação poderia ser um dos facilitadores de efetividade, aspectos da autonomia, o protagonismo e a participação social dos moradores diante das demandas sociais.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998.

BORGES, V. F.; ICASURIAGA, G. L.; SILVA, V. da. A política urbana e as demandas sócio profissionais ao trabalho do serviço social: os desafios para uma nova inserção. In: SANTOS, R. de C. B. dos. **Trabalho social e política habitacional: entre concepções e discursos**. (Dissertação Mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil. Disponível em: <http://ppgss.proesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2013/rita_de_cassia_barbosa_dos_santos.pdf> Acesso em 5 de jun. 2022.

BRASIL. **Portaria 021/2014**. Disponível em : < <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/PAC/Manuais-Gerais-PAC/portaria21.pdf>>. Acesso em 10 de jul. 2021.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. Brasília: ENAP/Editora 34, 1998.

BURNETT, F.L. Tragédia urbana neoliberal: fim da ilusão civilizatória da cidade capitalista? In: COUTINHO, J.A.; LOPES, J.A. (org.). **Crise do capital, lutas sociais e políticas Públicas**. São Paulo: Xamã, 2012.

Caixa Econômica Federal. **Caderno de Orientação Técnico Social (COTS)**, 2013. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/assistencia_tecnica/produtos/financiamento/pro_moradia/orientacao_tecnica.asp>. Acesso em 12 de jul. 2021.

CARVALHO, C.; RODRIGUES, R. **O Direito à Cidade**. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2016.

CAVALCANTE, L.R. **Sustentabilidade Urbana: do discurso oficial à implementação nas Favelas de Praia da Rosa e Sapucaia**. São Luís: UFMA, 2011.

COHEN, E. FRANCO, R. **Avaliação de Projetos Sociais**. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos.** Revista de Administração Pública, 37(5), 969-992, Ano 2003

COTTA, M.; DELLA, P. D.; MORLINO, L. **Fondamenti di Scienza Politica.** Bolonha: Mulino, 2001.

DALLABRIDA, V. R. Governança Territorial e Desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança. Disponível em :< <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo11.pdf>>. Acesso em 10 de mar. 2021.

DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M, do C. B. de (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais.** São Paulo: IEE/PUC-SP, 2012.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Martins Claret, 2001.

FAÇANHA, L. O.; MARINHO, A. **Programas Sociais: Efetividade, Eficiência E Eficácia Como Dimensões Operacionais da Avaliação.** Rio de Janeiro, 2001.

FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A. M. C. **Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica.** Belo Horizonte: Análise & Conjuntura, 1986.

Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional no Brasil. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações. 2014. Disponível em <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/component/jevents/icalrepeat.detail/2014/05/27/22/-/apresentacao-dos-primeiros-resultados-do-deficit-habitacional-no-brasil-anos-2011-e-2012>>. Acesso em 04 jul. de 2022.

GASPARETTO, A. **Perspectivas da região cacauieira numa economia globalizada.** Ilhéus: Especiaria, 1998.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. O Serviço Social na cena contemporânea. In. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. 2009. Disponível em < http://www.prof.joaoantas.nom.br/materialdidatico/material/1_-_O_Servico_Social_na_cena_contemporanea.pdf>. Acesso em 04 jul. de 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). Censo Demográfico.

MEIRELLES, H. L. Direito Municipal Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2013.

Município de Itabuna. Plano Diretor Urbano. Disponível em : <<http://www.itabuna.ba.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Lei-2111-08-Plano-Diretor-1.pdf>>. Acesso em 04 jul. de 2022.

NOBRE, P. G. N.; MERCÊS, R. R. das. A intervenção do assistente social no projeto habitacional portal da Amazônia/orla/sub-bacia I. In: SANTOS, R. de C. B. dos. **Trabalho social e política habitacional: entre concepções e discursos.** (Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil. Disponível em :< http://ppgss.proesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2013/rita_de_cassia_barbosa_dos_santos.pdf>. Acesso em 30 de jun. 2022.

PAZ, R. D. O. da. **Avaliação do Trabalho Social e dos Impactos na Vida das Famílias no Programa Minha Casa Minha Vida no Município de Osasco/SP.** São Paulo, SP, 2014.

RAICHELIS, R.; PAZ, R. D. O.; OLIVEIRA, I. I. de M. C. Intervenções Urbanas e Trabalho. In: GOMES, M. de F. C.; FERNANDES, L.; MAIA, R. S. (orgs). **Interlocações Urbanas: Cenários, enredos e atores**. Rio de Janeiro: Arco Iris, 2008.

ROSSI, P.H.; LIPSEY, M.W.; FREEMAN, H.E. **Evaluation: a systematic approach**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2004.

RUA, M.G. **Políticas Públicas**. Departamento de Ciências da Administração. Universidade Federal de Santa Catarina. Brasília. CAPES-UAA,2009.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec,1988.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning,2013.

SILVA, G. V. **Projeto e avaliação de serviços públicos locais orientados à efetividade: estudo de caso sobre uma intervenção em assentamento precário por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**. 2013. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

TABOADA, K.J.; PAZ, R.O. de. **Trajatória do Trabalho social em Habitação. In: Trabalho social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social**. Brasília, 2010.

TAVORALI, B. **Direito à cidade: uma trajetória conceitual**. 2018. Disponível em:< https://www.academia.edu/24028807/Direito_%C3%A0_cidade_uma_trajet%C3%B3ria_conceitual>. Acesso 15 de dez. 2021.

VELOSO, J. F.; MONASTERIO, V., R.; MIRANDA, R. B. Uma visão inicial dos subsistemas da gestão pública municipal. In: VELOSO, J. F. (orgs.). **Gestão municipal no Brasil: um retrato das prefeituras**. 2011. Disponível em: < http://ppgss.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2013/rita_de_cassia_barbosa_dos_santos.pdf > Acesso 11 de jun. 2022.

A

Administração 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 32, 34, 35, 36, 42, 44, 45, 47, 51, 53, 59, 60, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 75, 77, 78, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 94, 108, 109, 111, 113, 117, 130, 136, 137, 178, 179

Avaliação 32, 38, 39, 42, 45, 47, 54, 58, 61, 81, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 125, 179

B

BNCC 132, 133, 136

Brasil 2, 3, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 20, 21, 25, 35, 36, 48, 51, 52, 66, 67, 78, 79, 81, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 107, 108, 109, 124, 129, 132, 134, 136, 156, 173, 177

C

Cadeia de valor 111, 112

Cidadão 4, 29, 106, 142, 170, 172, 173, 177

Colaboradores 116, 122, 124, 125, 126, 127, 128

Competências 28, 29, 40, 41, 44, 56, 61, 66, 108, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135

Comportamento 130, 131, 133, 134, 135, 136

Constituição 1, 7, 9, 25, 172, 175, 177

Corrupção 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91

Covid-19 11, 12, 14, 15, 19, 20, 21, 31, 71, 72, 84, 130, 131, 134

Cultura 10, 19, 37, 65, 90, 93, 98, 116, 122, 131, 133, 135, 137, 139, 140, 142, 143, 146, 152, 153, 155, 156, 157, 168

Custos 4, 42, 53, 59, 60, 62, 83, 84, 111, 112, 113, 114, 121, 144, 145

D

Desenvolvimento sustentável 143, 144, 146, 156

Direito 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 78, 95, 96, 98, 105, 106, 107, 108, 109, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178

E

Educação 6, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 57, 79, 85, 110, 130, 131, 132, 136, 144, 152, 153, 155, 179

Empreendedor 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136

Empresas 32, 34, 35, 38, 41, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 72, 75, 78, 79, 83, 84, 86, 87, 88, 91, 111, 116,

117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 145, 179

ERP 113, 114, 115, 116

Escola 12, 15, 17, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 130, 133, 134, 179

Estado 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 14, 16, 20, 25, 42, 67, 68, 82, 93, 100, 107, 113, 137, 148, 155, 171, 174, 175, 177

Estratégia 13, 28, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 47, 48, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 115, 117, 119, 121, 125, 144, 145, 179

Executivo 2, 5, 7, 42, 68

F

Ferramentas 4, 34, 35, 42, 46, 47, 55, 56, 61, 63, 70, 110, 119, 120, 124, 129, 130, 134, 135

G

Gestão 11, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 73, 75, 77, 78, 79, 83, 84, 88, 90, 91, 92, 93, 95, 99, 109, 110, 111, 114, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 135, 137, 146, 147, 157, 177, 179

Gestor 23, 25, 30, 66, 102, 103, 104, 118, 124

H

Habitação 92, 94, 95, 103, 109, 174

J

Judiciário 2, 7, 78

L

Legalidade 6, 8

Legislação 42, 44, 45, 47, 59, 65, 84, 111, 170, 172, 175, 177

Legislativo 2, 42, 78

Lei 1, 3, 6, 7, 25, 44, 45, 66, 108, 171, 175, 176, 177

Liderança 98, 102, 104, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136

M

Mercado 3, 37, 38, 45, 51, 56, 74, 82, 84, 88, 111, 113, 118, 121, 122, 124, 125, 128, 134, 138, 140, 141, 145, 154, 177

N

Negócios 33, 41, 43, 54, 55, 64, 110, 111, 112, 114, 122, 131, 132, 136, 138,

140, 173, 174

O

Oportunidades 61, 110, 114, 129, 131, 134, 152, 154

Organização 13, 17, 19, 22, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 33, 36, 37, 39, 41, 43, 44, 45, 47, 54, 55, 56, 57, 58, 65, 71, 79, 91, 95, 98, 103, 104, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 119, 121, 122, 125, 133, 134, 140, 152, 171, 175

P

Pandemia 11, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 130, 131, 134

Participação 5, 7, 9, 13, 15, 23, 25, 27, 28, 30, 44, 45, 46, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 61, 64, 69, 81, 86, 92, 93, 94, 96, 98, 102, 104, 106, 107, 125, 144, 147, 152, 174

Performance 35, 36, 39, 40, 47, 58, 64, 66, 69, 89, 91, 92, 99, 106, 112, 114, 123, 164, 166

Periódicos 71, 73, 75, 76, 77, 84, 85

Planejamento 5, 25, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 64, 67, 68, 69, 70, 92, 93, 94, 95, 99, 106, 110, 111, 113, 115, 116, 117, 125, 147, 150, 157

Poder 2, 5, 6, 7, 8, 9, 17, 25, 30, 33, 42, 74, 83, 96, 98, 133, 134, 135, 138, 147, 152, 154, 155, 171

Política 6, 7, 9, 22, 24, 25, 28, 29, 30, 43, 44, 45, 47, 59, 60, 64, 73, 74, 78, 84, 86, 87, 89, 90, 92, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 108, 121, 144, 147, 148, 155, 179

Potencialidades 15, 68, 110, 134, 137, 139

Privado 4, 27, 34, 42, 60, 69, 74, 94, 155, 170, 171, 172, 174, 177, 178

Produtividade 28, 31, 38, 45, 54, 111, 115, 118, 123, 126

Projeto 15, 22, 23, 25, 27, 55, 57, 67, 93, 99, 100, 108, 109, 110, 112, 113, 132, 133, 153, 177

Público 3, 4, 6, 10, 11, 13, 16, 20, 27, 34, 42, 43, 44, 58, 59, 66, 67, 69, 74, 75, 78, 83, 85, 86, 90, 91, 93, 110, 115, 154, 155, 171, 174, 178

R

Resultados 2, 4, 5, 6, 11, 15, 16, 19, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 50, 52, 55, 57, 58, 60, 62, 63, 64, 65, 78, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 112, 113, 114, 116, 118, 123, 125, 130, 135, 137, 139, 172

Revisão sistemática 71, 72, 75, 77, 78, 82, 83, 84

RH 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 129

S

Saúde 5, 6, 11, 13, 14, 17, 19, 20, 21, 31, 79, 83, 84, 85, 98, 140, 144, 154

Serviço público 3, 4, 6, 66, 69, 86, 90

Sociedade 1, 2, 3, 7, 8, 11, 13, 14, 18, 27, 72, 78, 80, 82, 85, 87, 93, 130, 131, 137, 142, 144, 148, 155, 170, 171, 172, 173, 177, 179

Sustentabilidade 98, 105, 107, 137, 138, 139, 144, 146, 153, 154, 155, 156

T

Técnicas 10, 41, 49, 63, 65, 83, 110, 112, 115, 123, 129, 135, 140, 141, 143, 177

Trabalho 2, 3, 4, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 30, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 45, 48, 51, 62, 64, 65, 66, 73, 77, 79, 82, 84, 85, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 113, 116, 120, 121, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 134, 135, 137, 138, 140, 141, 143, 152, 153, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178

Turismo 75, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 155, 156, 157

ADMINISTRAÇÃO:

ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS, PRIVADAS
E DO TERCEIRO SETOR

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



ADMINISTRAÇÃO:

ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS, PRIVADAS
E DO TERCEIRO SETOR

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

